

POLÍTICA

HENRIQUE MEIRELLES RS deve refazer plano de ajuste

Após citar o Rio como exemplo, ministro da Fazenda disse que o RS tem um trabalho a fazer

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse ontem que depois de o governo fechar acordo com o estado do Rio de Janeiro, a União começará agora a trabalhar no auxílio financeiro ao Rio Grande do Sul. Meirelles, no entanto, advertiu que o estado terá de fazer uma reformulação do plano de ajuste visando ser aprovado. “Agora que a situação do Rio está equacionada, vamos dedicar o trabalho em período integral ao Rio Grande do Sul. O estado também tem um trabalho a fazer de formulação ou de reformulação do plano de ajuste visando ser aprovado, homologado e implementado”, de-

clarou Meirelles após se reunir com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (Dem-RJ).

De acordo com Meirelles, o empréstimo do BNP Paribas que ajudará o Rio a quitar os salários em atraso do funcionalismo será assinado hoje. Pelo acordo de auxílio financeiro, o Rio teve de aprovar medidas de corte de gastos, aumento de tributos e reversão de benefícios fiscais para suspender, por três anos, o pagamento da dívida do estado com a União e receber o empréstimo para sanear finanças. Para receber o dinheiro, no entanto, o estado teve de privatizar a Ceda e dar os recursos da venda como garantia para a operação.

INDENIZAÇÃO

Entidade pede Adin contra lei

Dirigentes da União Gaúcha em Defesa da Previdência entregaram ontem ao Defensor Público-Geral do Estado, Cristiano Heerdt, uma representação requerendo o ingresso de Ação Direta de Inconstitucionalidade contra o Lei nº 15.045, que estabelece parâmetros para o pagamento de indenizações aos servidores ativos, inativos e pensionistas pelo atraso no pagamento dos salários no Estado.

A lei, sancionada em 28 de novembro, utiliza como índice de correção monetária a Taxa Referencial, que, de acordo com os estudos jurídicos e legais realizados pela entidade, é ilegal e inconstitucional. O presidente da União Gaúcha, Gilberto Schäfer, disse considerar ruim a iniciativa de pagar indenizações aos servidores, já que leva em conta interesses de governo e não a composição da perdas salariais. Na segunda-feira, dirigentes da entidade deverão se reunir com o Procurador-Geral do Estado, Fabiano Dallazen.

APÓS CIRURGIA

Temer cancela viagem à Ásia

O presidente Michel Temer cancelou uma viagem oficial pelo sudeste asiático prevista em janeiro para se recuperar de uma cirurgia. A informação foi divulgada ontem pela Presidência da República. Temer, de 77 anos, foi submetido na quarta-feira a uma intervenção para resolver uma obstrução urinária.

Os médicos recomendaram que sejam evitadas viagens de “longa distância” durante as pró-

ximas semanas para favorecer sua recuperação, segundo uma fonte do Palácio de Planalto.

O Hospital Sírio-Libanês de São Paulo, onde o presidente foi internado com um “quadro de dificuldade urinária e diagnóstico de estreitamento uretral”, afirmou que Temer tem uma “boa evolução na recuperação” e que poderá receber alta hoje.

Temer usará “uma sonda durante duas ou três semanas,

mas nada impede que cumpra sua agenda normal” em Brasília a partir da semana que vem, disse Roberto Kalil Filho, diretor de Cardiologia do Sírio-Libanês.

Sua viagem pelo sudeste asiático, que estava prevista para acontecer entre os dias 5 e 13 de janeiro, incluía visitas a Vietnã, Cingapura, Timor Leste e Indonésia, com o objetivo de captar investimentos e estreitar laços diplomáticos.

O GOVERNO ATUAL NÃO TEM CREDIBILIDADE PARA ALTERAR A APOSENTADORIA E OUTROS DIREITOS DOS TRABALHADORES

NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

AFISVEC Associação dos Auditores Fiscais da Receita Estadual - RS
www.afisvec.org.br @afisvec



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

PT reúne diretório sob impacto de data do julgamento

O diretório nacional do PT se reúne hoje e amanhã, em São Paulo, com o quórum reforçado pelas presenças de Lula e de Dilma Rousseff. A pauta inicial do encontro tinha como foco o debate sobre a conjuntura atual e a sucessão presidencial de 2018, mas acabará ampliada. Um dos principais temas em debate será o anúncio do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), em Porto Alegre, de que o julgamento do recurso de Lula no caso do triplex ocorrerá em 24 de janeiro. Lula foi condenado pelo juiz Sérgio Moro a nove anos e seis meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro e cabe à instância em segundo grau confirmar, modificar ou anular a pena. Dirigentes, lideranças petistas e Lula, que foram pegos de surpresa pela celeridade na confirmação da data do julgamento, irão discutir os cenários possíveis e alternativas de reação nos campos político e jurídico. Juridicamente, em caso de confirmação da condenação, Lula e o PT podem recorrer ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. Há ainda a possibilidade de recurso ao próprio TRF4 no caso de o entendimento dos três desembargadores não ser unânime, o que levaria o ex-presidente a escapar de ser enquadrado, pelo menos temporariamente, na Lei da Ficha Limpa. A legislação torna inelegível candidato com a pena confirmada por colegiado. No campo político, a estratégia será de reforçar a narrativa sustentada até agora de que Lula e o PT são perseguidos e vítimas de seletividade de parte da Polícia Federal, do Ministério Público, da Justiça e da imprensa. A intenção é levar o processo até o limite possível e, se Lula de fato for carta fora do baralho, a aposta é na transferência de votos do ex-presidente e maior estrela petista para o escolhido como herdeiro.

Palco para mobilizações

Se depender da articulação de lideranças e dirigentes petistas, no dia 24 de janeiro, data em que ocorrerá o julgamento do recurso de Lula no caso do triplex, vários pontos de Porto Alegre e as imediações do Tribunal Regional Federal da 4ª região se transformarão em palco para atos e mobilizações. A intenção é garantir a presença de milhares de pessoas, a exemplo do primeiro depoimento presencial de Lula para Moro, em Curitiba. Por lá, virou comício.

Oposição inviabiliza acordo

As bancadas de oposição inviabilizaram os planos do governo e negaram acordo para votação, na próxima semana, de parte dos projetos relativos ao Instituto de Previdência do Estado. A negativa do PT, PSol e PC do B foi oficializada em requerimento protocolado na Assembleia. Segundo a oposição, as propostas atingem os mais de 300 mil segurados na Previdência e mais de um milhão de usuários na área da saúde e não podem ser votadas a toque de caixa.

Contestação

Em nota à coluna, a União Gaúcha em Defesa da Previdência Social e Pública afirma que não procede a alegação do governo, para votar os projetos do IPE, de que hoje vence o Certificado de Regularidade Previdenciária, que, se não for renovado, levará o Estado a ser incluído no Cadastro Único de Convênios, uma espécie de SPC. Segundo o presidente da União Gaúcha, Gilberto Schäfer, “o argumento do CRP não tem sustentação tendo em vista a atual jurisprudência do Supremo que considera o fato uma ilegítima intervenção na autonomia federativa”.

Um dia depois

Ontem, um dia após a trapalhada protagonizada pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá, desmentido posteriormente pelo Planalto, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, confirmou o que Jucá antecipou: que a votação da Reforma da Previdência ficará mesmo para fevereiro. Ao se manifestar sobre o tema, Maia minimizou o impacto do ano eleitoral nos ânimos parlamentares e afirmou o óbvio, que o governo não conta hoje com os 308 votos necessários à aprovação. “O frustrante é perder. Não temos os votos hoje.” A intenção é construir cenário favorável até fevereiro, mas se não for possível, haverá novo recuo.

APARTES

Na segunda-feira, às 10h30min, em sessão especial, o Tribunal de Contas do Estado irá confirmar o conselheiro Iradir Pietroski como novo presidente da Corte. A primeira vice ficará com o conselheiro Estilac Xavier.

APEDIDO

S
I
M
E
R
S

I PERGS: PAGAMENTO DOS MÉDICOS

Nos últimos seis anos, o IPE-Saúde não repassou nenhum reajuste aos médicos, apesar de ter incrementado a receita em, pelo menos, 53,8%, como a própria instituição reconhece.

Agora, além da remuneração pífia, o IPERGS não cumpriu a rotina respeitada ao longo dos anos, de fazer depósitos dos honorários nos dias 5, 15 e 25 de cada mês. Os gestores do instituto não tiveram, sequer, a consideração de avisar que não fariam o pagamento.

Tratativas entre o presidente do Simers e o presidente da autarquia resultaram na promessa de que os pagamentos serão feitos nos próximos dias, e que o atraso foi um fato isolado que não deve se repetir.

Apesar dos atrasos, os médicos mantiveram os atendimentos.

Caso o compromisso da direção do IPERGS não seja cumprido, não será possível garantir que os médicos continuem trabalhando sem receber.

SIMERS. Na Luta pela Vida.

Dr. Paulo de Argollo Mendes
Presidente

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2017.

Dra. Maria Rita de Assis Brasil
Vice-presidente